

TERRAS RARAS DO BRASIL, RACISMO AMBIENTAL E SOBERANIA NACIONAL

As chamadas terras raras tornaram-se um dos recursos mais estratégicos do século XXI. Esses minerais são fundamentais para a fabricação de celulares, veículos elétricos, turbinas eólicas, semicondutores, equipamentos militares e diversas tecnologias modernas. Nesse cenário, o Brasil ocupa posição de destaque mundial, possuindo uma das maiores reservas de minerais estratégicos do planeta.

Porém, o debate sobre mineração não envolve apenas economia. Ele também está ligado às questões sociais, ambientais e raciais, principalmente quando comunidades negras, indígenas, quilombolas e ribeirinhas sofrem diretamente os impactos ambientais provocados pela exploração mineral. É nesse contexto que surge o conceito de racismo ambiental.

O termo racismo ambiental foi criado na década de 1980 pelo ativista Benjamin Chavis, nos Estados Unidos. O conceito surgiu após estudos demonstrarem que depósitos de resíduos tóxicos e atividades poluentes eram instalados principalmente em regiões habitadas por populações negras e pobres.

Atualmente, o racismo ambiental é entendido como a desigualdade na distribuição dos impactos ambientais negativos, atingindo principalmente grupos vulnerabilizados, como comunidades negras, indígenas, quilombolas, periféricas e ribeirinhas.

Essas populações geralmente possuem menos acesso a direitos básicos, infraestrutura e participação política, ficando mais expostas a enchentes, poluição, desmatamento, contaminação da água e degradação ambiental.

No Brasil, diversos casos demonstram essa realidade. Comunidades tradicionais frequentemente sofrem os impactos de grandes projetos econômicos sem serem consultadas adequadamente.

Entre os principais exemplos estão:

- a construção da Usina de Belo Monte, no Pará;
- o avanço do desmatamento na Amazônia;
- a contaminação causada pelo uso de agrotóxicos;

- os rompimentos de barragens de mineração;
- a contaminação por metais pesados em áreas mineradoras.

Muitas favelas e comunidades periféricas também estão localizadas em áreas de risco, sujeitas a enchentes e deslizamentos, consequência direta da desigualdade social histórica.

A cidade de Paracatu tornou-se símbolo desse debate. A região possui forte atividade mineradora e presença de comunidades quilombolas descendentes de ex-escravizados.

A exploração mineral gerou denúncias de contaminação ambiental por metais pesados, afetando diretamente a saúde da população local. O caso evidencia como os impactos ambientais costumam atingir principalmente comunidades negras e vulneráveis.

As terras raras são um grupo de 17 elementos químicos essenciais para a indústria moderna. Apesar do nome, não são exatamente raras, mas difíceis de extrair em grande quantidade.

Esses minerais são usados na produção de:

- celulares;
- baterias;
- veículos elétricos;
- turbinas eólicas;
- equipamentos militares;
- computadores;
- inteligência artificial;
- sistemas de energia limpa.

Entre os principais minerais estão o neodímio, térbio, disprósio e praseodímio.

O Brasil possui cerca de 25% das reservas mundiais de terras raras, segundo o Ministério de Minas e Energia. Além disso, o país possui reservas importantes de lítio, grafite, cobre, urânio e nióbio.

Nos últimos anos, aumentou o interesse internacional nesses recursos, principalmente devido à disputa econômica entre Estados Unidos e China.

Recentemente, a empresa brasileira Serra Verde, localizada em Goiás, foi comprada pela USA Rare Earth. A empresa produz minerais estratégicos utilizados em tecnologias avançadas e equipamentos de defesa.

A negociação gerou debates sobre soberania nacional e controle das riquezas minerais brasileiras.

Diante desse cenário, setores políticos e movimentos sociais defendem a criação da TerraBras, uma empresa estatal brasileira voltada à exploração das terras raras.

A proposta defende que:

- os minerais estratégicos permaneçam sob controle nacional;
- a exploração respeite os direitos ambientais;
- comunidades quilombolas e indígenas sejam consultadas;
- os lucros beneficiem a população brasileira;
- o país desenvolva sua própria indústria tecnológica.

Os defensores da proposta afirmam que as riquezas minerais brasileiras não devem ser controladas por empresas estrangeiras.

O debate sobre terras raras vai muito além da mineração. Ele envolve soberania nacional, desenvolvimento econômico, justiça social e proteção ambiental.

O Brasil possui enorme potencial mineral e tecnológico, mas o desenvolvimento precisa ocorrer com responsabilidade social e respeito às populações tradicionais.

Combater o racismo ambiental significa garantir que comunidades negras, indígenas, quilombolas e periféricas tenham seus direitos respeitados, participem das decisões sobre seus territórios e não sejam as principais vítimas dos impactos ambientais provocados pelo desenvolvimento econômico.